

# PROPOSTA DE QUADRO DE COOPERAÇÃO ENTRE OS PAÍSES DA CPLP NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE LUTA CONTRA A DESERTIFICAÇÃO

## DELINEAÇÃO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO

### 1. ENQUADRAMENTO

#### 1.1 - Antecedentes

Durante a 7ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (COP7, Nairobi, Outubro 2005), as delegações dos países da CPLP endossaram uma proposta da delegação portuguesa para o fortalecimento das capacidades nacionais para a implementação da UNCCD e para estabelecer uma plataforma com o objectivo de fortalecer os processos dos PANs, iniciativa para a qual solicitaram apoio do Mecanismo Mundial (em anexo). Nesse momento, a delegação brasileira indicou o interesse do Brasil em partilhar a sua experiência através de uma cooperação Sul-Sul com os outros países da CPLP.

Em Maio de 2006, os Ministros de Meio Ambiente dos oito países membros da CPLP se reuniram no Brasil, assinando a “Carta de Brasília” e estabelecendo uma plataforma de cooperação para apoiar a superação dos desafios crescentes nas seguintes áreas: mudanças climáticas, fontes renováveis de energia, desastres ambientais, biodiversidade, recursos hídricos, gestão de zonas marinhas e costeiras, ameaças ambientais à saúde humana, **desertificação e efeitos da seca**, sendo definida a **educação ambiental** como a primeira das prioridades.

Também, como resultado da Reunião de Ministros do Meio Ambiente da CPLP, em 2004, desenvolveram-se negociações bilaterais para que o Brasil prestasse cooperação na elaboração de Políticas de Educação Ambiental em Angola e Moçambique. Actualmente, um projecto de Cooperação com Angola está em fase de implementação e com Moçambique avança-se na construção de uma proposta.

Esta proposta de Programa de Cooperação Sul-Sul é fruto do diálogo entre os Pontos Focais da CPLP na UNCCD e uma tentativa de dar maior solidez a cooperação já existente, seja de maneira informal, ou através de projectos pontuais que, apesar de darem uma contribuição importante, não dão conta dos enormes desafios que enfrentam as Partes.

Em Novembro de 2006, uma missão que contou com a participação da Cooperação Técnica Alemã (GTZ), do Mecanismo Mundial (MM), e da Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação (FAO), encontrou-se com autoridades

brasileiras para identificar as áreas potenciais de cooperação brasileira para a plena implementação do PAN-Brasil.

Por ocasião da 5ª Reunião do Comité de Revisão e Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos de Seca (CRIC5 , Buenos Aires Março 2007), foi realizada reunião da qual participaram as delegações de Angola, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Guiné Bissau, Brasil e Portugal<sup>1/</sup>, as quais acordaram sobre a necessidade de construir uma proposta de cooperação sul-sul que teria as seguintes características:

- que seja de longo prazo com fases sucessivas de execução através de projectos específicos;
- que leve em conta o conjunto das prioridades dos países em termos de apoio à implementação da Convenção nos quadros de seus programas de desenvolvimento sócio-económicos;
- que envolva o Secretariado da CPLP;
- que aproveite as experiências de cada país;
- que tome em conta os apoios existentes ;

Nesta reunião ficou estabelecido que cada país realizaria uma rápida avaliação (com base em consulta nacional e aos elementos já identificados nos respectivos PANs) das suas necessidades para um fortalecimento das capacidades nacionais visando a implementação da UNCCD. Essas necessidades constituiriam as bases de uma cooperação sul-sul de longo prazo entre os membros da CPLP (plataforma), harmonizadas em uma proposta a ser apresentada à comunidade internacional durante a COP8, em Setembro de 2007, em Madrid/Espanha. ~

Na sequência da Reunião de Pontos Focais da UNCCD para os países da CPLP, realizada em 15 de Março último durante o CRIC UNCCD de Buenos Aires, uma representação daqueles realizou em 28 de Maio uma reunião com o Secretario Executivo da CPLP, Sr. Embaixador Luís Fonseca, tendo-lhe sido apresentada a base programática da presente proposta.

O Secretário Executivo da CPLP manifestou toda a sua compreensão, sensibilidade e disponibilidade para apoiar as iniciativas em causa, que classificou de relevante interesse no âmbito da CPLP, tendo igualmente mostrado a sua disponibilidade e interesse em estar presente no Side Event de apresentação do Programa de Combate

---

<sup>1/</sup> a delegação do Timor Leste não teve a oportunidade de juntar-se à carta de Nairobi ao MM e era ausente na reunião de Buenos Aires. Se pretende envolver-la nas próximas fases

à Desertificação e à Seca nos Países da CPLP, a realizar durante a COP8 UNCCD, em Madrid, previsivelmente a 11 de Setembro.

Foi igualmente acordada nesta reunião a possibilidade de uma reunião dos proponentes do Programa, integrando representantes dos países e ainda do Mecanismo Mundial e da FAO, para avaliar do enquadramento institucional a adoptar pela CPLP em relação ao mesmo, bem como das possibilidades do seu financiamento por parte do Fundo CPLP.

## 1.2 - Novo enquadramento internacional

As mudanças dos padrões de atribuições dos recursos para o desenvolvimento tal como evidenciadas no Consenso de Monterrey e na Declaração de Paris, tem consequências importantes na implementação da UNCCD em relação com os programas nacionais de luta contra a pobreza e de gestão dos recursos naturais. As implicações em termos de financiamento para que a UNCCD possa atingir os seus objectivos, desde a gestão sustentável das terras até a luta contra a pobreza, são a adaptação a: a mudança dos instrumentos financeiros sectoriais a instrumentos mais globais e integradores; ao posicionamento da CCD nos programas prioritários de orçamento nacionais e internacionais; a harmonização das actividades entre os doadores e a convergência dessas com as prioridades dos países.

A visão da UNCCD para os próximos 10 anos é uma parceria global renovada para contrastar a degradação das terras e mitigar os efeitos da seca nas áreas afectadas para apoiar a redução da pobreza e a sustentabilidade ambiental. Essa visão concentra-se, além do seus objectivos estratégicos de melhoramento das condições de vida das populações e das condições dos ecossistemas afectados, em objectivos operacionais que ressaltam:

- o '*mainstreaming*',
- o fortalecimento das capacidades,
- o desenvolvimento de quadros integrados de investimento,
- a sinergia com a mitigação e adaptação ao câmbio climático (UNFCCC),
- a sinergia com a conservação da biodiversidade (UNCBD),
- a sinergia com o sector florestal (UNFF);
- a sinergia com as acções União Europeia/África
- o fortalecimento da cooperação Sul-Sul.

## **1.3 – Um quadro facilitador**

### **1.3.1 – Das Organizações Internacionais**

O Mecanismo Mundial, com a sua política CSEA<sup>2/</sup> para a mobilização de recursos num contexto de mudanças nos padrões internacionais de atribuições de recursos, comprometeu-se a fornecer aos países, em colaboração com o seus parceiros, um apoio sistemático, mais estratégico e de longo prazo. Baseado na experiência adquirida, esse apoio inclui assistência para desenvolver ferramentas estratégicas como a Estratégia Financeira Nacional, a Harmonização de políticas públicas, a valoração económica da degradação das terras, a definição de mecanismos inovadores de financiamento e a promoção de focos estratégicos, particularmente com câmbio climático.

A FAO, também membro do Comité de Facilitação do MM, da alta prioridade aos temas da degradação das terras e do câmbio climático, mobilizando as competências técnicas ao serviço dos governos para atingir os Objectivos do Milénio, aumentando a segurança alimentar e reduzindo os índices de pobreza. Promove também a cooperação Sul-Sul.

### **1.3.2 – Da CPLP**

Criada em 17 de Julho de 1996 e sendo dotada de personalidade jurídica e de autonomia financeira, a CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros, tendo entre os seus objectivos gerais:

- A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional;
- A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, agricultura, administração pública e comunicação social.

A CPLP é regida pelos seguintes princípios: (i) Igualdade soberana dos Estados membros; (ii) Não-ingerência nos assuntos internos de cada estado; (iii) Respeito pela sua identidade nacional; (iv) Reciprocidade de tratamento; (v) Primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; (vi) Respeito pela sua integridade territorial; (vii) Promoção do desenvolvimento; (viii) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

O Fundo Especial da CPLP, criado a 22 de Julho de 1999, adopta, de entre as suas finalidades (alínea d) do Art.º 3º do respectivo Regimento), o “desenvolvimento sustentável dos Estados Membros, o aproveitamento económico dos recursos naturais, a

---

<sup>2/</sup> Consolidated Strategy and Enhanced Approach.

distribuição equitativa da riqueza gerada e o bem estar da população, a protecção e preservação do meio ambiente e o treinamento de recursos humanos.

Todos os países membros da CPLP são igualmente partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e à Seca e são integrados nesta proposta.

### **1.3.3 – Do Brasil**

O Brasil tem avançado significativamente na implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos de Seca (UNCCD). A partir de 2003, o Ministério do Meio Ambiente brasileiro (MMA), com apoio da cooperação internacional, emvidou esforços para a construção do Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos de Seca (PAN-Brasil), envolvendo fortemente Ministérios e órgãos federais com actuação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD), os Governos dos 11 Estados com territórios afectados por processos de desertificação e a sociedade civil local organizada. O PAN-Brasil passou a se constituir num Programa oficial e passou a figurar no Plano Plurianual do Governo de investimentos do Governo, com destaque para o seu carácter de promotor da transversalidade do tema “Combate a Desertificação”.

Estes avanços se deram simultaneamente com o redireccionamento do foco da política internacional do Governo do Brasil, que busca intensificar suas actividades para o aprofundamento das relações com a África e América Latina. Neste cenário, o país passou a ter um protagonismo internacional, junto aos seus parceiros do MERCOSUL teve seus laços estreitados com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), visando à formação de parcerias e o intercâmbio de conhecimentos e experiências.

O Brasil ainda tem muito que avançar na implementação da UNCCD, porém acredita que é possível aprender e avançar em conjunto com os demais países da CPLP. E que o desenvolvimento pode e deve ser um processo colectivo, em que as Partes se auxiliem mutuamente, por meio da luta por objectivos comuns e do fortalecimento de seus laços históricos e culturais.

### **1.3.4 – Da União Europeia e de Portugal**

A União Europeia sempre deu um grande apoio à UNCCD por considera-la o melhor meio de combate à desertificação, como o demonstra as atribuições orçamentais da EU, entre 2001 e 2005, de mais de 350 milhões de euros para apoio às regiões em desenvolvimento afectadas.

A União está convencida que a desertificação e o mau uso da terra são as mais ameaçadoras causas da pobreza e que a gestão sustentável dos recursos naturais, o combate às alterações climáticas, à desflorestação, à desertificação e à perda de biodiversidade são essenciais para atingir os ODMs (2005 Development Policy).

No que se refere à saúde humana, a desertificação constitui uma enorme ameaça dado o incremento que potencia da contaminação dos recursos disponíveis, especialmente da água. O consumo de recursos contaminados, directamente ou através dos cultivos afectados, pode gerar todo o tipo de problemas sanitários, cujos perigos se acentuam por fenómenos como as migrações, que tendem a ocorrer sobretudo em regiões caracterizadas pela sobre-exploração dos recursos renováveis.

Os actuais padrões da geografia da pobreza e da fome vêm-se agravando acentuadamente e, combinados com as alterações climáticas e outras correlacionadas, podem estar na origem de novos problemas decorrentes. Tal obriga a novos compromissos racionais para formas de adaptação, eficientes e inovadoras.

Por isso, os principais focos da política da União Europeia para o combate à desertificação e à seca, tendo em conta que tais fenómenos têm também larga expressão dentro dos seus limites, vêm-se centrando também nos apoios financeiros às políticas de desenvolvimento rural e às de formação, investigação e desenvolvimento nos países em vias de desenvolvimento.

Por outro lado, é princípio orientador da Cooperação Portuguesa promover a sustentabilidade do desenvolvimento dos países parceiros. Ambiente e recursos naturais integram também as prioridades sectoriais, designadamente a gestão dos recursos hídricos, a resposta às necessidades de adaptação às alterações climáticas e o combate aos riscos de desertificação, no contexto dos recursos e vulnerabilidades específicos dos parceiros.

A Cooperação Portuguesa tem apoiado a colaboração técnica no âmbito da CPLP, prossequindo os objectivos de reforço da capacidade comunitária para resposta às ameaças ambientais globais e de promoção de uma identidade partilhada junto de interlocutores multilaterais. Neste sentido, suporta o desenvolvimento de uma Rede CPLP para combate à Desertificação, que envolva os Pontos Focais Nacionais à UNCCD e organizações multilaterais interessadas, bem como a definição de um programa de trabalho comum que contribua para o enquadramento estratégico e mobilização de recursos para a implementação dos PAN.

### **1.3.5 – De convergência com outras iniciativas**

A cooperação proposta procuraria estabelecer uma coordenação estreita com as varias iniciativas na África, como por exemplo TerrAfrica, NEPAD, SolArid, e as actividades de organismos regionais (CILSS,...). O objectivo dessa coordenação seria de

assegurar uma convergência efectiva na mobilização e uso de recursos financeiros e técnicos, na criação de um diálogo com agências bi e multi-laterais no quadro da Declaração de Paris.

## **2. DEMANDAS APRESENTADAS PELOS PONTOS FOCAIS NACIONAIS DA UNCCD.**

Iniciado o processo de consultas, apresentaram suas necessidades em termos de cooperação para implementação da Convenção: Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola e Moçambique. As demandas foram interpretadas e sistematizadas conforme o Quadro 1.

As demandas foram classificadas em três categorias:

- A) Formação de Recursos Humanos,
- B) Desenvolvimento Organizacional: Arcabouço Jurídico e Institucional e Desenvolvimento de Manuais, Diagnósticos e Indicadores,
- C) Estratégias de Comunicação e Sensibilização para o tema da desertificação

Demandas/Países	Angola	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Cabo Verde
<b>Formação de Recursos Humanos</b>	Gestão de Recursos Hídricos nas regiões áridas e semi-áridas e colecta e armazenamento de águas pluviais	Formação de técnicos em Gestão de Solos (dessalinização, controle da acidificação e regeneração de pastagens)	Formação de técnicos em negociação internacional	Formação de técnicos na problemática da desertificação e da degradação dos solos	Reforço das capacidades Institucional e Humana para a implementação do UNCCD
	Extensão Florestal, Silvicultura tropical, Ordenamento Florestal e gestão de plantações florestais.	Formação dos produtores e associação de base sobre os métodos da conservação e restauração dos solos, particularmente ao nível dos campos agrícolas	Capacitar os pontos focais sectoriais na identificação e formulação de projectos relacionados com a seca e desertificação	Reforçar as capacidades do Órgão Nacional de Coordenação (ONC), melhorar os processos organizacionais, e a performance, gestão estratégica e implementação de programas de projectos	
	Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica, Climatologia e gestão de calamidades		Capacitar nas áreas de inventariação, mapeamento, classificação e monitoramento dos recursos naturais, etc. e promoção de iniciativas de recolha e processamento de dados estatísticos ambientais	Oceanografia, climatologia, economia do ambiente, Agronomia, Direito do ambiente, Química, Física	

Demandas/Países	Angola	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Cabo Verde
<b>Arcabouço Jurídico e Institucional e Desenvolvimento de Manuais, Diagnósticos e Indicadores</b>	Desenvolvimento de indicadores de avaliação de programas de luta contra à desertificação	<p>Elaboração do relatório nacional</p> <p>Elaboração e disponibilização de manual sobre Gestão Sustentável de solos (acidificação, salinização)</p> <p>Elaboração de um diagnóstico participativo como objectivo principal das campanhas de sensibilização.</p> <p>Elaboração de textos de aplicação da lei fundiária</p>	<p>Revisão do documento do PAN, criação de estatutos do ONC e sua institucionalização</p> <p>Inventariadas e divulgadas as práticas tradicionais na gestão de recursos</p>	<p>Releitura do Plano Nac.de Ambiente para o Desenvolvimento Durável "PNADD" para integrar as especificações da CCD (luta contra a degradação de solos, redução da pobreza)</p> <p>Valorizar os conhecimentos, saber-fazer e práticas tradicionais da luta contra a desertificação</p> <p>Actualizar os diferentes textos de lei, decretos e regulamentos sobre a degradação de terras, incluindo a legislação fundiária.</p>	<p>Actualização/Revisão do PAN/LCD</p> <p>Ordenamento das encostas para evitar a erosão hídrica, combate à degradação de terras nas zonas costeiras devido a intrusão salina</p>

Demandas/Países	Angola	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Cabo Verde
<p><b>Estratégias de Comunicação e Sensibilização para o tema da desertificação</b></p>		<p>Definição dos elementos, elaboração e validação do Plano de Informação, Educação e Comunicação visando sensibilizar os actores sobre a importância da luta contra a desertificação.</p>	<p>Identificar, formular e desenvolver programas de sensibilização ambiental</p> <p>Criar uma rede de investigadores da CPLP e promover maior intercâmbio de informação entre os cientistas e extensionistas, propiciando maior capacidade de resposta aos problemas dentro da CPLP.</p> <p>Desenhar e implementar programas de capacitação do sector empresarial</p>	<p>Melhorar a comunicação formal e informal e a colaboração entre os organismos e os indivíduos</p> <p>Reforçar a cooperação com instituições da sub-região</p> <p>Desenvolver programas de vulgarização, sensibilização, formação e informação</p>	

### 3. PROPOSTA DE QUADRO DE COOPERAÇÃO ENTRE PAÍSES DA CPLP

Considerando

- a) as demandas apresentadas pelos diferentes países,
- b) as capacidades actuais do Brasil e de Portugal nas áreas demandadas,
- c) a possibilidade de mobilizar assistência técnica especializada complementar no âmbito da cooperação bilateral e multilateral Norte/Sul, e
- d) as experiências de cada país que podem ser utilizadas,

é proposto um Programa de Cooperação de médio-longo prazo (5 anos aproximadamente numa primeira fase), sob a forma de eixos de intervenção a concretizar em Projectos específicos desenvolvidos por impulso da Rede CPLP para Combate à Desertificação, que integrem os Estados Membros interessados, conforme as prioridades respectivas.

Também se propõe um conjunto de acções para rápida implementação que poderiam constituir o primeiro momento dessa cooperação e, ao mesmo tempo, promover, com activa e participada interacção entre parceiros, até ao final de 2007, momentos para aprimoramento e desenvolvimento do Programa de Cooperação por eixos / objectivos / acções para médio – longo prazos, com vista à implementação em 2008-2012.

#### Objectivos

Essa proposta de cooperação tem como objectivo principal de criar as condições propícias à implementação da UNCCD e de Programas de Acção Nacional de Luta contra a desertificação (PANs) actualizados, respondendo às demandas específicas dos países envolvidos, assim como às necessidades impostas pelo contexto mundial da ajuda ao desenvolvimento. Por isso a proposta precisa incluir acções técnicas (formação), acções estratégicas (mobilização de recursos financeiros baseada numa Estratégia Financeira Nacional), políticas (sinergia com outras estratégias chaves, em particular cambio climático e luta contra a pobreza), e acções de mobilização (ajuda técnica e financeira internacional coordenada).

Adoptando uma filosofia de concepção colectiva e de adaptação às realidades nacionais, foram identificados, tentativamente, quatro eixos:

Eixo I: Fortalecimento Institucional

Eixo II: Comunicação e Cidadania Ambiental

Eixo III: Desenvolvimento Científico e Tecnológico

## Eixo IV: Parcerias e Sinergias

Esses eixos poderiam ser desenvolvidos a partir actividades de varias tipologias (ver sugestões no quadro II), articuladas em projectos específicos. A definição das actividades e das modalidades de execução seriam realizadas em parceria com os organismos interessados. Para a primeira fase de 5 anos, propõe-se, com a ajuda técnica e financeira do MM e da FAO, de organizar uma missão de formulação para definir claramente o apoio necessário aos processos de desenvolvimento de um “*enabling environment*”<sup>3/</sup> e as acções técnicas específicas que formariam parte de um ou mais projectos com financiamento assegurado.

Quadro II – Programa de Cooperação Sul-Sul: Eixos e Tipologia de Acções

EIXOS	TIPOLOGIA DE ACÇÕES
<b>FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL</b>	ASSESSORIA À CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS NACIONAIS DE COMBATE A DESERTIFICAÇÃO
	ASSESSORIA À CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
	ASSESSORIA À CONCEPÇÃO DOS PROJECTOS PEDAGÓGICOS DOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM COMBATE A DESERTIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
	FORMAÇÃO DE TÉCNICOS DE GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS PANs
	FORMAÇÃO DE TÉCNICOS E EDUCADORES PARA ACTUAREM A PARTIR DOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMBATE A DESERTIFICAÇÃO
	COMUNICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS PAÍSES
	IMPLANTAÇÃO DA REDE (COMUNIDADE VIRTUAL) DOS CENTROS DE REFERÊNCIA EM COMBATE A DESERTIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
MOBILIZAÇÃO E ANIMAÇÃO DA REDE DE APRENDIZAGEM COLECTIVA	

	GESTÃO E ACOMPANHAMENTO
<b>COMUNICAÇÃO E CIDADANIA AMBIENTAL</b>	SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS  IMPLANTAÇÃO DAS REDES NACIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMBATE A DESERTIFICAÇÃO
<b>DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO</b>	APOIO A PESQUISAS SOBRE A TEMÁTICA DO COMBATE A DESERTIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS DE EXTENSÃO E PUBLICAÇÕES.
<b>PARCERIAS E SINERGIAS</b>	DESENVOLVIMENTO DE DIÁLOGOS COM AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO A FIM DE MOBILIZAR RECURSOS ATÉ O PROGRAMA CPLP/UNCCD  APOIO A IDENTIFICAR ÁREAS O INICIATIVAS QUE PROMOVAM SINERGIAS ENTRE DEGRADAÇÃO DAS TERRAS, Mitigação/ADAPTAÇÃO AO CÂMBIO CLIMÁTICO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  ESTABELECIMENTO DO COMITÉ CPLP-UNCCD ELABORAR MATRIZ DE CONVERGÊNCIA COM INICIATIVAS JÁ EXISTENTES AO NÍVEL NACIONAL, SUBREGIONAL E INTERNACIONAL PARA IDENTIFICAR COMPLEMENTARIDADES.  REALIZAR ATELIERS DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS COM INICIATIVAS TAIS COMO TERRAFRICA, SOLARID ETC.

### **Eixo I: Fortalecimento Institucional**

No eixo de Fortalecimento Institucional, se visaria a formular e executar actividades das seguintes tipologias:

- Assessoria a processos de Desenvolvimento Organizacional;
- Assessoria à concepção e implementação dos Planos Nacionais de Combate a Desertificação;
- Assessoria à concepção e implementação dos Programas Nacionais de Educação Ambiental;

- Assessoria à concepção dos projectos pedagógicos das Salas Verdes ou Centros de Referência em Educação Ambiental e Combate a Desertificação;
- Formação de técnicos de governo e sociedade civil para a implementação dos PANs;
- Formação de técnicos e educadores para actuarem a partir das Salas Verdes ou Centros de Referência em Educação Ambiental e Combate a Desertificação.
- Gestão e Acompanhamento

Tais actividades se sustentariam:

a) nas metodologias desenvolvidas no Brasil com o apoio dos parceiros internacionais<sup>4/</sup> e testadas por projectos em implementação nas zonas áridas do Brasil, atendendo a elaboração de diagnóstico prévio e elaboração de Plano de Trabalho para a sua implementação;

b) nas metodologias desenvolvidas por Portugal, designadamente em matéria de definição e monitorização de indicadores de desertificação, e nas redes de cooperação inter-universitária que contribuem para o conhecimento científico local em matéria de Ambiente e Desenvolvimento;

b) na leitura das experiências e dos avanços de todos os Estados Membros, para permitir que os Órgãos Nacionais de Combate a Desertificação e Executores da Política de Educação Ambiental estejam aptos ao final do Programa de Cooperação a implementar e avaliar suas respectivas políticas, a favorecer a integração das suas políticas nas outras políticas de desenvolvimento e a mobilizar os recursos financeiros necessários.

c) nas metodologias desenvolvidas pelo MM para formular estratégias financeiras nacionais, para reforçar a integração da problemática da UNCCD nas estratégias e programas nacionais de desenvolvimento.

d) nas contribuições técnicas da FAO e de outros parceiros potenciais.

## **Eixo II: Comunicação e Cidadania Ambiental**

As actividades no eixo de Comunicação e Cidadania Ambiental criariam o elo de comunicação e interacção continuada entre os países, além de implantar uma comunidade preparada a responder aos desafios impostos pelas temáticas de Combate a Desertificação e Educação Ambiental.

---

<sup>4/</sup> ver Anexo II sobre as propostas internacionais para o desenvolvimento de um contexto nacional programático e orçamental favorável.

Para que essa comunicação seja consistente e embasada em aprendizagens desenvolvidas ao longo da execução do Programa, a estratégia de comunicação seria submetida e revista periodicamente pelo Comité Gestor.

Ao final da execução do programa, teriam sido instaladas Redes Nacionais de Educação Ambiental e Combate a Desertificação, interligadas e actuando conforme os Planos Nacionais específicos.

O eixo de Comunicação e Cidadania Ambiental teria que incluir acções de identificação e sistematização de experiências relevantes em todos os países envolvidos. Essa documentação e análise das experiências constituiriam a base dos intercâmbios, os quais seriam iniciados a partir de um projecto pedagógico que reconheça e valorize as peculiaridades de cada país, ao mesmo tempo em que promova o crescimento e a aprendizagem colectiva.

### **Eixo III – Desenvolvimento Científico e Tecnológico**

As actividades no eixo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico apoiariam pesquisas de interesse comum dos países da CPLP em temáticas relacionadas ao Combate à Desertificação e Educação Ambiental, promovendo uma implementação sinérgica das Convenções do Rio (UNFCCC e UNCBD). Por exemplo analisaria os custos da degradação dos recursos naturais (o custo de fazer nada) incluindo terras (em relação à agricultura), perda de biodiversidade, custo acrescentado das medidas de adaptação ao câmbio climático.

Apoiaria, igualmente, cursos de extensão presenciais e à distância para formar técnicos e comunidades em vários temas de carácter técnico mas também em temas de gestão e entendimento de mecanismos financeiros incluindo aqueles de carácter inovador como por exemplo os relacionados com a mitigação/adaptação ao câmbio climático. Também seriam destinados recursos para a publicação de pesquisas consideradas de relevância para os países parceiros

No tema de pesquisas poderia-se capitalizar as experiências do Mecanismo Mundial e outros parceiros como o CATIE, a CEPAL, a FAO.

Actualmente, o Brasil já coopera com os países da CPLP por meio do Programa Ciências Sociais-CPLP, do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPQ), que apoia iniciativas em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia, Antropologia e Ciência Política, de interesse comum entre os países da CPLP. Esse apoio se dá por meio do lançamento de Editais para bolsas destinadas a pesquisadores da CPLP.

A Cooperação Portuguesa apoia também o ensino pós-graduado da Engenharia do Ambiente e tem em curso um programa de bolsas de Mestrado e Doutoramento, internas e externas, que poderá mobilizar no sentido de contribuir para a investigação aplicada de temas relevantes para o Combate à Desertificação.

## **Eixo IV: Parcerias, Sinergias**

Nesse eixo se contempla desenvolver actividades para a gestão da cooperação, envolvendo todas as actividades de fomento, de promoção, de intercâmbio, de coordenação, de identificação de complementaridades e sinergias, de identificação de oportunidades de mobilização de recursos financeiros e técnicos.

Também incluiria as actividades burocráticas relacionadas com os apoiadores do Programa e desenvolvimento de modelo de gestão compartilhada com os países parceiros.

Haveria, ainda, o estabelecimento de um Comité CPLP/CCD que poderia se reunir conforme a periodicidade das reuniões da CPLP, visando elaborar o planeamento periódico da cooperação e prestar contas, e uma Rede CPLP para Combate à Desertificação cujo objectivo é a promoção, o desenvolvimento e a monitorização por objectivos das actividades a definir no âmbito do Programa.

### **3. Acções de implementação a curto prazo**

Considerando as discussões ocorridas durante o CRIC5, em Buenos Aires, são propostas acções que podem ser implementadas a curto prazo que visam iniciar um processo de compartilhamento de experiências e discussão do Programa de Cooperação ora proposto.

Essas acções de curto prazo dizem respeito às acções que já vêm sendo empreendidas pela Directoria de Educação Ambiental em Angola e pela Coordenação Técnica de Combate a Desertificação do Brasil, no que diz respeito aos Seminários previstos para o segundo semestre de 2007, descritos a seguir,

#### **a) II SEMINÁRIO CPLP – Estratégias de Combate a Desertificação e Redução da Pobreza**

Em 2006 foi realizado, o I Seminário Luso-Brasileiro-Caboverdiano com o tema “Agricultura Familiar e Desertificação”. O seminário fez parte do projecto de Missões Exploratórias desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPQ), por meio do Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa. O referido projecto teve como objectivo comparar áreas susceptíveis a desertificação no Brasil, Cabo Verde e Portugal, buscando conhecer os limites e potencialidades da agricultura, em especial, da agricultura familiar.

Está prevista a realização de uma segunda edição do referido Seminário no segundo semestre de 2007. Considerando as demandas apresentadas pelos parceiros da CPLP, propomos que a programação do seminário seja construída de forma a atender a um macro tema “Estratégias de Combate a Desertificação e Redução da Pobreza” enfocando as experiências realizadas com apoio da cooperação internacional,

notadamente aquelas de promoção da segurança alimentar e educação contextualizada, gestão de terras secas e programas de combate à pobreza rural.

Este seminário abrigará também o curso discutido em Buenos Aires, com o objectivo de capacitar técnicos da CPLP para a elaboração e apresentação de projectos/programas a organismos de financiamento internacionais com a temática combate à desertificação e à seca nos países lusófonos.

Nesse evento, os principais parceiros e signatários da Plataforma de Cooperação para o Combate a Desertificação seriam envolvidos, uma vez que respondem por experiências significativas. Destacamos os Programas de Combate a Pobreza Rural, apoiado pelo Banco Mundial; Município Amigo da Criança, apoiado pelo Fundo das Nações Unidas para Infância e Adolescentes – UNICEF; GEF Caatinga, apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Programa Nordeste, da GTZ; Programa de Cooperação Técnica para Combate a Desertificação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), acções da Pastoral da Criança no Brasil; e acções do Ministério do Desenvolvimento Agrário e outras iniciativas relevantes para o tema em questão.

O Governo brasileiro arcaria com as despesas do Seminário, organização e realização e os parceiros da CPLP teriam que buscar apoio para deslocamentos e estadia.

Após o seminário com duração de cinco dias os participantes poderiam realizar visita de intercâmbio para conhecer o funcionamento dos Conselhos Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), em sessão específica organizada com antecedência com os referidos conselhos e apoio das assessorias internacionais dos Ministérios do Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário.

## **b) Educação Ambiental**

Em Maio de 2006, teve início o Projecto Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola, com recursos envolvidos da ordem de US\$ 247 mil, sendo aproximadamente 50% do governo brasileiro e 50% do governo angolano. Os objectivos do projecto são:

- a) Formação de formadores para as questões afectas à Educação Ambiental; e
- b) Apoio à elaboração do Programa Nacional de Educação Ambiental de Angola.

A previsão é de que o Programa Nacional de Educação Ambiental de Angola seja lançado em Outubro de 2007, e que, até Dezembro do corrente ano, sejam realizadas acções de monitoramento e avaliação do projecto, bem como planeamento para 2008.

A avaliação dessa experiência, seus erros e acertos, podem ser de grande valia para a proposta actual de cooperação no âmbito da UNCCD.

Em relação a Moçambique, está em construção um acordo de cooperação técnica

também para o fortalecimento da educação ambiental. Os termos preliminares da proposta foram apresentados durante a visita da Missão brasileiro a Maputo, em Fevereiro de 2007. Além do acordo, que prevê a elaboração do Programa Nacional de Educação Ambiental de Moçambique, o MMA do Brasil também está articulando a expansão da Rede de Salas Verdes nos países lusófonos e mobilizando cidadãos da região para uma acção unificada que auxilie no enfrentamento das mudanças climáticas. Outras áreas previstas para fazerem parte do acordo são, entre outras, a construção de cisternas, alternativas de recursos hídricos, temáticas relacionadas ao campo do Combate à Desertificação.

**c) Criação de condições para o envolvimento e participação dos Países Africanos e Timor-Leste na elaboração do Programa para o médio – longo prazos**

Se realizaram missões de formulação a fim de afinar a proposta e de definir claramente os aportes técnicos e de carácter estratégico / institucional da iniciativa. Se espera que essas missões se façam com um amplo processo de consulta nos vários países com aqueles actores (sector publico, sociedade civil, agências de cooperação, etc) vinculados com a luta contra a desertificação, em estreita coordenação com o ponto focal da UNCCD.

Igualmente se iniciara o estabelecimento de mecanismos mais formais de comunicação e intercâmbio de informação com os vários actores (pontos focais UNCCD e CPLP, países cooperantes e agências internacionais) a fim de sistematizar os procedimentos e aumentar a eficiência nas actividades de formulação e mais para frente de implementação.

#### **4 – QUADRO E ARQUITECTURA PRELIMINARES DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA**

O programa global de cooperação vai se articular em quatro categorias de acções de implementação:

- a) de formulação, com assistência técnica, viagens entre os vários países, ateliers,...
- b) técnicas executadas com apoio directo do Brasil e a contribuição brasileira às actividades conjuntas
- c) acções e assistência técnica executadas pela cooperação internacional (parceiros internacionais)
- d) Coordenação e gestão do programa global, o que inclui recursos humanos para assegurar a coordenação permanente, os custos operativos, incluindo reuniões CCD/CPLP, ....

O custo global do programa é estimado nesta fase inicial, para cobrir um período de 5 anos e ser extensivo a todos os países da CPLP, em 15 M €, a financiar por um conjunto de entidades (EU, Portugal, MM/FAO, Brasil), nas quais seria da maior relevância integrar a CPLP e o Fundo Especial da CPLP, além de outros parceiros bilaterais e multilaterais